

Há exatamente dez anos, os brasileiros comemoravam o Ano Novo deixando atrás um ano velho que garantira 13,8% a mais de empregos e 11,1% em sua renda pessoal. Veja o que mudou daquela época de fartura até a crise atual.

Economia - Brasil

1973-1983

Do melhor ao pior ano de nossa vida

1. Crescimento de 14% no Produto Interno Bruto, de 11,1% na renda per capita, de 16% no produto industrial, de 55% nas exportações, de 13,8% no emprego industrial de São Paulo, tudo isso acompanhado de uma inflação declinante, oficialmente estimada em 15,5%. De onde são esses dados? Acredite, são do Brasil mesmo, do ano de 1973, o melhor período de nossa história econômica, em contraposição a 1983, que tem sido considerado o pior por economistas do governo e da oposição.

A comparação entre o melhor e o pior ano para a economia brasileira aponta números e situações que chocam pela mudança profunda nas condições objetivas, ou seja, nos dados da produção, do emprego, dos preços, da utilização dos fatores produtivos. O choque é muito menor, porém, quando se trata das condições subjetivas. A primeira crise do petróleo, em outubro de 1973, abria para 1974 e os anos seguintes a perspectiva de grandes dificuldades, que o Brasil só conseguiu superar à custa da poupança externa e do endividamento. Agora, ao final de 1983, a situação econômica deteriorou-se de tal forma que embora o pessimismo seja dominante, algumas pessoas já começam a desconfiar de que nos aproximamos do fundo do poço. E, a partir de algum ponto de 1984, começaremos a inverter a curva decrescente, ainda que sem a ilusão de um retorno aos anos de ouro do "milagre", ou seja, de um crescimento a níveis próximos a 10% ao ano, que deixasse como saldo mais emprego, crescimento da renda real, mobilidade social (ou a possibilidade de mudar de emprego), mais conforto e mais bem-estar.

Para o homem comum, os dados mais importantes são os do emprego e da utilização dos fatores de produção. Aqueles indicam quais as possibilidades de trabalhar, obter renda, ingressar no mercado de consumo, constituir ou prover a família, aspirar a um futuro melhor. Estes mostram se as empresas estão utilizando seu potencial produtivo e quais as perspectivas de que sejam obrigadas a investir no futuro próximo, para satisfazer a maior demanda pelos bens ou serviços que oferece. Nos dois casos, a deterioração após uma década é muito sensível.

No 1º domingo de 1974, O Estado de São Paulo trazia 114 páginas de "Empregados procuram-se", número que se reduzia a 43 páginas no 2º domingo de 1983 e a uma média de 18 páginas nos meses de outubro e novembro últimos.

Quanto à utilização da capacidade instalada, o economista Renée Baumann Neves a estimou em 100% para o total da indústria em 1973 ("Pesquisa e Planejamento Econômico", agosto/78), enquanto em 1983 ela não deverá ter superado os 75%, ou seja, mostra uma ociosidade de 25%, que o professor José Paschoal Rossetti, da Universidade Mackenzie, considera que pode ser ainda maior, desde que utilizado um conceito mais amplo. Essa ociosidade reduz muito a necessidade de novos investimentos numa retomada do crescimento econômico — a curto prazo, uma retomada poderia ser rápida, mas sua sustentação dependeria de novos investimentos que poderão demorar a ser feitos, salvo pelas alterações estruturais na demanda.

Entre 1968 e 1973, cresceu de 3,24% ao ano a força de trabalho adulta ocupada, segundo estimativas de Samuel A. Morley, da Vanderbilt University norte-americana. É uma comparação entre 1970 e 1975, realizada por Virgílio Gibbon na Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, mostrou eleva da mobilidade social, com base em análises sobre os dados das classes de contribuintes do Imposto de Renda.

Indicadores

Do ponto de vista das pessoas, a grande distância entre 1973 e 1983 está na economia funcionando a pleno emprego, mas do ponto de vista das perspectivas econômicas — essenciais para as decisões de investimento — contam muito o comportamento dos indicadores macroeconômicos, tais como a inflação, os juros, o balanço de pagamentos, bem como as políticas monetária, cambial, fiscal e, no caso brasileiro, suas implicações sobre o déficit público e o peso do Estado na economia.

1. Inflação — A inflação de 1973, de 15,5%, foi oficialmente a menor desde a década de 60, mas a forte expansão monetária do final do ano, fechando em 47%, abria perspectivas para expressiva elevação inflacionária em 1974, o que de fato ocorreu, com o Índice Geral de Preços evoluindo 34,6%.

Em 1983, a inflação chegou a 211%, mas a perspectiva é de que decline em 1984. A inflação deste ano decorreu principalmente dos preços agrícolas, seja pela redução dos subsídios, no começo do ano, seja pelo efeito desastroso das enchentes, em julho, das quais resultou uma quebra de seis milhões de toneladas na produção de grãos. A perspectiva de uma grande safra em 1984, se confirmada, permitirá que os preços subam mais lentamente. Em janeiro, a inflação poderá ser mais elevada, mas supõe-se que tenda a declinar a partir do fim

do primeiro trimestre. A inflação de 7,6% em dezembro é a mais baixa desde maio (6,7%) e a terceira menor do ano (em janeiro, fora de 6,5%).

A queda na inflação é o principal objetivo da Seplan para o início de 1984, no âmbito interno. Por isso, é pouco provável que o governo abra mão de controles de preços

ou seja mais generoso no câmbio, ressaltados problemas maiores na exportação.

2. Juros — As taxas de juros não constituíam empecilho para o crescimento econômico em 1973, e esse quadro não se alteraria nos anos seguintes, ao menos do lado da poupança externa. A correção monetária de 12,84% foi bem menor

do que a inflação, porém a maioria dos empréstimos não eram por ela indexados — predominavam amplamente as operações a taxas prefixadas.

Em 1983, a correção monetária de 159% ficou mais de 50 pontos de porcentagem abaixo da inflação de 211%, mas ainda assim foi pesada para devedores — empresas e mu-

tuários do Sistema Financeiro da Habitação — em face da deterioração das rendas e da quebra do faturamento das empresas, muitas das quais não conseguiram reajustar seus preços conforme a inflação.

As perspectivas são de alta para as taxas de juros, em termos reais, motivada pelos compromissos

assumidos com o FMI acerca do controle dos agregados monetários e do controle do crédito interno líquido. Espera-se que o primeiro trimestre seja muito contido em termos de oferta de moeda, e já em dezembro a taxa do overnight se situou ao redor dos 9,5%, bem acima dos 7,6% da correção monetária válida a 1º de janeiro.

Juros altos representam um forte desestímulo ao investimento, principalmente nesta fase em que os juros subsidiados se tornam cada vez mais escassos.

3. Balanço de pagamentos — O ano de 1973 foi muito favorável para o balanço de pagamentos. As reservas cambiais atingiam US\$ 6,4 bilhões e a dívida externa bruta não passava dos US\$ 12,6 bilhões, enquanto as exportações atingiam US\$ 6,2 bilhões. Uma situação inacreditavelmente melhor do que a atual, quando as reservas são de fato negativas (temos débitos não honrados no Exterior) e o endividamento total estaria atingindo US\$ 95 bilhões, para exportações estimadas em US\$ 21,8 bilhões. Se em dois anos de exportações poderíamos pagar a dívida externa bruta, em 1973, agora seriam necessários mais de quatro anos de vendas externas.

As perspectivas para o balanço de pagamentos, entretanto, nem eram nem são favoráveis. Com a elevação dos preços decorrentes da primeira crise do petróleo, o superávit comercial de US\$ 7 milhões em 1973 se transformou num déficit de US\$ 4.690 milhões em 1974, iniciando-se naquele ano a deterioração do balanço de pagamentos, depois influenciada pela segunda crise do petróleo e pela elevação substancial das taxas de juros externas.

A impossibilidade de honrar os compromissos externos conforme assumidos representa o estado das contas atuais, mas o País espera que em 1984 ou o mais tardar em 1985 possa definir uma renegociação mais ampla e melhor de todo o endividamento externo, viabilizando uma certa retomada do crescimento interno pela redução do constrangimento externo.

As políticas

O ano de 1973 foi político, tanto que, no seu início, o presidente da época (Emílio Médici) chegou a definir uma inflação de 12%. "Diante daquilo que se conseguiu em 72, no plano econômico e financeiro", afirmou em sua mensagem de fim de ano —, está o governo habilitado a limitar em 12% o aumento do custo de vida no ano vindouro" (1973). Foi, portanto, um índice de inflação hierarquicamente previsto, e depois contestado quando a Fundação Getúlio Vargas divulgou o deflator implícito usado nas contas nacionais relativas àquele ano (21,2%).

Chamado de "ano do milagre", 1973 foi um dos anos de intensa censura à imprensa (por exemplo no episódio da demissão do ministro da Agricultura, Cirne Lima), do lançamento do Chevette, das taxas de 0,6 a 0,8% ao mês no overnight, da colocação à venda dos maiores apartamentos da construtora Adolpho Lindenberg (edifício Golden Gate, à rua Jean Sibelius, com 1.070 metros quadrados de área total e 223 metros quadrados de parte social).

O clima era de tanto otimismo que o então presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, dizia que a crise internacional que se esboçava poderia favorecer o Brasil, e o instituto da correção monetária era exaltado na França de De Gaulle pelo ex-ministro Albin Chalandon, na Comissão de Finanças da Assembléia Nacional.

Hoje, exatamente ao contrário, as enormes dificuldades conjunturais acabam sendo projetadas para o futuro, e o número dos pessimistas para 1984 supera não só os dos otimistas como o daqueles que acham que os dois anos poderão equivaler-se. Só as Bolsas parecem constituir um oásis com as altas que acumularam 758,5% no índice Bovespa, de São Paulo, em um ano (sobre 30/12/82). Porém, nas Bolsas antecipam-se os movimentos da economia, e, se no Brasil estiver ocorrendo o mesmo que ocorreu nos Estados Unidos, não se deve excluir a hipótese de que dentro de alguns meses nossa economia esteja começando a sair do fundo do poço, como tem previsto o economista e presidente do Banco Central, Afonso Pastore.

Fábio Pahim Jr.

